
“Diálogos atlânticos” é uma expressão que define bem o que fazemos na Rede BRASPOR. Tomámos de empréstimo o título de um dos trabalhos aqui publicados, porque nos parece que, de modo claro e conciso, resume esta iniciativa, que tem procurado estabelecer pontes ou pontos de contacto, entre países e investigadores nas margens do Atlântico, que partilham a língua portuguesa. Isto sem excluir outros oceanos, outras margens, outros países, outras línguas.

A nossa abordagem às interações homem/meio, privilegiando uma perspectiva interdisciplinar e a cooperação entre as Ciências Sociais e Humanas e as Ciências Exatas e Naturais, é ainda uma experiência recente e de alguma forma inovadora. O que suscita alguns problemas a nível do seu enquadramento nas habituais designações académicas e no tratamento das questões epistemológicas e metodológicas que se colocam durante a investigação. Contudo, estes últimos anos de labor conjunto têm mostrado que é possível e incentivam-nos a prosseguir, propondo e dando exemplos de novos modelos conceptuais e metodologias de análise para uma interpretação holística das zonas costeiras e das bacias hidrográficas.

Os membros da Rede BRASPOR provêm de diferentes áreas e disciplinas. Como historiadora tenho procurado contribuir com o meu saber específico através de estudos que se inserem do ponto de vista teórico e metodológico numa corrente historiográfica há muito firmada nos Estados Unidos da América e mais recentemente na Europa e que se designa por História Ambiental (e.g. WORSTER, 1988; BRIMBLECOMBE & PFISTER, 1990; DRUMMOND, 1991; CRONON, 1993; MCNEILL, 2000). As relações entre os seres humanos e a natureza fazem parte intrínseca da historiografia ocidental – basta lembrar os trabalhos percussores da Escola Francesa dos *Annales* e a obra de Fernand

BRAUDEL (1995 [1966]), *O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico no tempo de Filipe II* –, contudo, o aparecimento da história ambiental tal como a concebemos hoje tem menos de trinta anos. O despertar de uma maior sensibilidade dos historiadores para as questões ambientais está relacionado com o incremento das preocupações ecológicas no seio da sociedade e da comunidade científica, nas últimas décadas do século XX. Nos Estados Unidos da América o seu reconhecimento como campo específico de investigação deu-se nos anos de 1970, com a criação da *American Society for Environmental History*, em 1976. Na década de 1980, a história ambiental teve alguma difusão na Europa, aparecendo, em 1988, a *European Association for Environmental History*, que se consolidou com a criação da *European Society for Environmental History*, em 1999.

A História Ambiental é, segundo McNEILL (2003, p. 6), a «história da interação entre a humanidade e a natureza». A história humana esteve desde sempre ligada a um contexto físico e biológico, que evoluiu durante milhares de anos de forma independente, segundo regras próprias. No entanto, é impossível ignorar que, no último milénio, sobretudo, a partir do século XVIII, a evolução desse contexto natural é indestrinçável da história da própria humanidade. O historiador brasileiro José Augusto PÁDUA (2010, pp. 91, 94, 97), falando sobre *As bases teóricas da História Ambiental*, entende o seu aparecimento como uma resposta (necessária) à ausência da dimensão biofísica em boa parte da historiografia contemporânea. Com isto, não pretende defender a redução da análise histórica ao biofísico, como se esse aspeto fosse capaz de explicar todos os outros, mas de incorporá-lo, em conjunto com outras dimensões (económicas, culturais, sociais e políticas), na construção de uma abordagem cada

vez mais ampla e inclusiva da investigação histórica. PÁDUA (2010) salienta que a história ambiental, como ciência social, se interessa sobretudo pelas sociedades humanas. Mas reconhece também a historicidade dos sistemas naturais, sendo o seu desafio construir uma leitura aberta, dinâmica e interativa das relações entre as sociedades e o meio.

Tendo em conta as características do seu objeto de estudo a História Ambiental é profundamente interdisciplinar, transfronteiriça e atual, com amplas implicações noutros campos. Como salienta G. MASSARD-GUILBAUD (2007), antiga presidente da Sociedade Europeia de História Ambiental, a investigação em torno das questões ambientais toca fundo nas principais interrogações da humanidade, questionando o estatuto do homem na terra, o tipo de desenvolvimento económico e social a que se aspira, as responsabilidades intergeracionais, as formas de regulação sustentável, os problemas éticos resultando do desenvolvimento tecnológico, o lugar da ciência, da técnica e da tradição. As Humanidades (incluindo a História) estão cada vez mais envolvidas no atual debate sobre o ambiente (e.g. NYE *et al.*, 2003), o que se explica pelo facto de o comportamento humano ser hoje uma variável tão importante na compreensão do funcionamento dos sistemas naturais como outros fatores (o clima, os oceanos, a atmosfera, os processos bioquímicos), sobre os quais as Ciências Naturais e Exatas habitualmente se debruçam. Contudo, apesar deste interesse comum pelos mesmos problemas, o que se verifica na prática é uma quase ausência de diálogo entre as diferentes áreas. A constituição de equipas multidisciplinares ainda é a exceção e não a regra.

Há a nível europeu uma longa tradição historiográfica no domínio das atividades marítimas. São abundantes os estudos sobre a pesca, a produção de sal, a recolha de algas, os portos, a cabotagem, a navegação de longo curso, a construção naval, o comércio, as sociedades litorais, as alfândegas, a defesa militar e os poderes locais. Contudo, as abordagens são quase sempre do ponto de vista económico, social, cultural, político, sendo que muito raramente se procura relacionar estes fatores com as condicionantes impostas pela especificidade do território, ou analisar os impactos destas atividades no meio envolvente. No âmbito da História Ambiental, os oceanos não são temas

abordados com frequência, McNEILL (2003, p. 42) também já o tinha notado. Há muito mais trabalhos sobre o mundo rural – agricultura e florestas – ou sobre as questões hidrológicas – aquíferos, rios, secas e inundações. As zonas costeiras, pela sua situação ambígua entre o mar e a terra, têm sido também negligenciadas. As próprias características dos litorais assim o determinam, porque sendo sistemas naturais muito dinâmicos, que sofrem ajustamentos morfodinâmicos contínuos, a escalas temporais e espaciais distintas, em resposta a fatores geodinâmicos, oceanográficos e antrópicos, o seu estudo exige conhecimentos multidisciplinares, sobretudo na área das Ciências Naturais. A interdisciplinaridade comporta riscos, porque as metodologias nem sempre são claras e as incertezas multiplicam-se. Contudo, como diz McNEILL (2005, p. 17), com o «risco vem a oportunidade». Talvez seja isto que mais me fascina no trabalho que faço. E, atrevo-me a dizer, aquilo que atrai aqueles que fazem parte da Rede BRASPOR.

As ideias que aqui deixo explanadas – numa visão muito pessoal - sobre a História Ambiental, o papel das Ciências Sociais nos debates sobre as questões ambientais e o contributo da História para o conhecimento das zonas costeiras e a manutenção das relações futuras entre as comunidades e este território, determinaram as minhas escolhas temáticas, orientaram a minha investigação e estão profundamente imbrincadas naquilo que faço.

Na Rede BRASPOR – ampla, aberta, livre – cada um que chega e se junta a este grupo informal traz consigo os seus conhecimentos específicos, a sua experiência profissional, a sua vontade de colaborar e partilhar. Este livro que agora se publica reflete isso mesmo, sendo ele o contributo do trabalho conjunto de vários elementos da Rede, quer autores, quer editores e revisores. Onze estudos são publicados este ano, as temáticas são variadas, mas estão todas interligadas entre si. Com efeito, completam-se, mostrando inequivocamente que estes assuntos não são estanques e que, de uma forma líquida, se espriam por diferentes ambientes (naturais e humanos), sem fazer caso das divisões e etiquetas que gostamos (tentamos!) de impor. Assim, vejamos:

Com base nos resultados das escavações arqueológicas realizadas em Cacela-a-Velha, no

Algarve (Portugal), Cristina Garcia conta-nos a história daquela povoação, implantada num ponto estratégico da costa, em estreita ligação com o mar e o rio Guadiana. Este trabalho mostra como o meio e as suas modificações determinaram – em conjunto com outros fatores – a evolução deste aglomerado urbano e as estratégias de vida da população desde o período romano (séc. VI-VII). Cristina Brito *et al.* fazem a apresentação dos objetivos e das iniciativas da Cátedra UNESCO “O Património Cultural dos Oceanos”, atribuída à Universidade NOVA de Lisboa, em 2016. Esta Cátedra visa promover a gestão e preservação do património cultural e natural, material e imaterial, dos oceanos. Tendo por base um grupo transatlântico de investigadores e com tantos interesses comuns, esta Cátedra tornou-se uma parceira ideal para a Rede BRASPOR, existindo, desde 2017, grande colaboração entre elas.

Perceber a relação das populações com as zonas costeiras, ao longo do tempo, é essencial para determinar como umas e outras se influenciaram. Bem conhecer (o passado) para melhor gerir (o presente): o conhecimento histórico como um primeiro passo para a ação, guiando comportamentos, orientando políticas públicas. Sob este mote, surgem-nos dois trabalhos. No primeiro, Filipe Ferreira e José de Freitas falam-nos da invenção da praia no Rio Grande do Sul (Brasil), da construção de modelos de sociabilidade – importados da Europa - que modificaram a relação das gentes da cidade do Rio Grande com o litoral e imprimiram transformações na paisagem inerentes aos novos usos. Este estudo insere-se no âmbito de um doutoramento em Educação Ambiental e pretende criar ferramentas, com base na análise da evolução de sensibilidades e práticas, para moldar novas relações (mais sustentáveis) com as praias do presente e do futuro. No segundo, Olegário Pereira e Maria Rosário Bastos dão exemplo, expondo o caso paradigmático do Furadouro (Portugal), de como a História Ambiental pode fornecer dados holísticos para uma melhor compreensão de uma realidade complexa – originada por fatores naturais e antrópicos – e servir de apoio a uma gestão costeira integrada deste trecho litoral.

Que a beira-mar é simultaneamente um espaço de grande atração e de muitas tensões, tendo sido

palco de grandes alterações nas últimas décadas, é o que nos diz Luiz Araújo Gonçalves que, no seu estudo, analisa a venda ambulante no calçadão da cidade litorânea de Fortaleza. Êxodo rural, litoralização, turismo, crescimento urbano, precariedade são fenómenos globais que refletem mudanças decisivas nas sociedades atuais, que se deslocam para cada vez mais perto do mar, criando grandes aglomerados, com complicados problemas económicos, políticos e sociais, impondo uma enorme pressão em litorais já afectados pelo efeito cascata de outras alterações nos sistemas ambientais a nível mundial. Os riscos que impendem sobre as comunidades costeiras – especialmente os eventos meteorológicos extremos – são referidos no estudo de Miguel Albuquerque *et al.* que explicam como as geotecnologias, que permitem a coleta, o processamento, a análise e a interpretação de diferentes dados, oferecem informações essenciais para criar soluções capazes de minimizar os impactos destes eventos, constituindo instrumentos decisivos para a gestão costeira. A questão da governança das zonas costeiras é fundamental perante os problemas que se avizinham, o que implica não só delinear instrumentos de gestão, mas também verificar a sua aplicação e eficácia. O estudo de Davis Paula *et al.* aborda isto mesmo, debruçando-se sobre as políticas públicas desenvolvidas, nos últimos anos, pelas instituições municipais do estado do Ceará (Brasil), sobretudo no que diz respeito ao controle da erosão costeira que afeta o litoral daquele estado.

A implementação de práticas de recuperação de áreas degradadas tem sido aplicada em várias áreas costeiras, na tentativa de inverter processos de destruição e testar soluções. Leonardo Lima *et al.* trazem-nos o caso do Mangue Pequeno, no Icapuí, Ceará, apresentando os resultados do processo de monitorização da recuperação ambiental deste mangal e apontando as dificuldades existentes na sua preservação por causa de interesses – políticos, económicos e ambientais – divergentes. A deterioração progressiva dos ambientes marinhos e costeiros tem implicações profundas, sendo uma delas a destruição das espécies que garantem o sustento das comunidades piscatórias. Aleatoriedade e a imprevisibilidade

estão desde sempre associadas às atividades destes grupos, mas as alterações que se fazem sentir no litoral e o desaparecimento dos recursos naturais, bem como as medidas tomadas para conservá-los, têm contribuído para a redução da pesca, o abatimento de embarcações e a diminuição do número de pescadores. Tendo em conta este contexto, Vanessa Amorim analisa as estratégias dos pescadores de Setúbal (Portugal) para sobreviver enquanto comunidade e lidar com a incerteza do seu futuro. Enquanto, no outro lado do Atlântico, Wellington Castellucci Júnior recolhe as histórias de vida dos pescadores da ilha de Itaparica que, a partir dos anos de 1960, se viram marginalizados na sua própria terra, quando aquele litoral se tornou alvo da especulação imobiliária e de intensa urbanização com fins turísticos. Porque as mudanças são tantas e

tão radicais, torna-se necessário proteger, promover e difundir o património cultural marítimo – a arte, a memória e a tradição – das gentes da beira-mar. Assim, a Câmara Municipal Sesimbra criou um museu para albergar uma extensa e interessante coleção, feita de objetos, filmes, fotografias, espécimes naturais e testemunhos, muitos oferecidos pela própria população. Andreia Conceição e João Pedro Ventura, técnicos do Museu Marítimo de Sesimbra, falam-nos sobre este projeto que é, em última instância, uma homenagem aos homens e mulheres que há séculos vivem daquele mar, que defronte daquela vila se estende até à outra margem, num outro continente, unindo Brasil e Portugal.

Joana Gaspar de Freitas
Coordenadora Portuguesa da Rede Braspor

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRAUDEL, F. 1995 [1966]. *O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Filipe II*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- BRIMBLECOMBE, P. & PFISTER, C. 1990. *The Silent Countdown: Essays in European Environmental History*. Berlin: Springer-Verlag.
- CRONON, W. 1993. The uses of Environmental History. *Environmental History Review*, **17**(3): 1-22.
- DRUMMOND, J.A. 1991. A História Ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. *Estudos Históricos*, **4**(8): 171-197.
- MASSARD-GUILBAUD, G. 2007. Quelle histoire pour l'environnement?, *Responsabilité & Environnement*, 48: 30-36.
- MCNEILL, J.R. 2000. *Something new under the Sun: an Environmental History of the Twentieth-Century World*. New York: W.W. Norton.
- MCNEILL, J.R. 2003. Observations on the Nature and Culture of Environmental History. *History and Theory*, **42**(4): 5-43.
- MCNEILL, J.R. 2005. Drunks, Lampposts, and Environmental History. What's Next for Environmental History? *Environmental History*, **10**(1): 30-109.
- NYE, D.E.; RUGG, L.; FLEMING, J. & EMMETT, R. 2003. *The Emergence of the Environmental Humanities*, produzido para a Swedish Foundation for Strategic and Environmental Research.
- PÁDUA, J.A. 2010. As bases teóricas da História Ambiental. *Estudos Avançados*, **24**(68): 81-101.
- WORSTER, D. (Ed.) 1988. *The Ends of the Earth: Perspectives on Modern Environmental History*. Cambridge: Cambridge University Press.